

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	10
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	11
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	12
Demonstração de Valor Adicionado	13
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
Notas Explicativas	26

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	66
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	69
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	70

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	528.628
Preferenciais	0
Total	528.628
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	5.576.490	3.568.944	3.250.735
1.01	Ativo Circulante	680.570	535.377	401.057
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	527.968	411.731	296.895
1.01.02	Aplicações Financeiras	69.964	40.304	33.067
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	69.964	40.304	33.067
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	69.964	40.304	33.067
1.01.03	Contas a Receber	62.273	55.263	50.201
1.01.03.01	Clientes	62.253	55.261	50.178
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	20	2	23
1.01.03.02.01	Contas a receber de partes relacionadas	20	2	23
1.01.04	Estoques	9.844	16.456	9.699
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.002	6.169	5.721
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	4.202	4.365	3.299
1.01.07.02	Adiantamentos a Fornecedores	800	1.804	2.422
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.519	5.454	5.474
1.01.08.03	Outros	5.519	5.454	5.474
1.01.08.03.01	Outros Ativos	5.519	5.454	5.474
1.02	Ativo Não Circulante	4.895.920	3.033.567	2.849.678
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.327.766	279.466	273.369
1.02.01.07	Tributos Diferidos	248.804	268.938	270.860
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.051.486	0	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	27.476	10.528	2.509
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	25.952	10.239	2.497
1.02.01.10.04	Outros ativos	1.524	289	12
1.02.03	Imobilizado	13.098	12.049	11.768
1.02.04	Intangível	3.555.056	2.742.052	2.564.541
1.02.04.01	Intangíveis	3.555.056	2.742.052	2.564.541
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.366.803	2.358.704	1.789.604

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1.02.04.01.02	Infraestrutura em construção	1.188.253	383.348	774.937

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	5.576.490	3.568.944	3.250.735
2.01	Passivo Circulante	446.032	138.987	115.628
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.089	11.487	10.602
2.01.02	Fornecedores	130.582	50.808	41.584
2.01.03	Obrigações Fiscais	17.061	12.587	11.506
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	17.061	12.587	11.506
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	17.061	12.587	11.506
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	162.072	678	3.339
2.01.04.02	Debêntures	162.072	678	3.339
2.01.05	Outras Obrigações	29.216	25.749	17.264
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	11.533	17.596	6.788
2.01.05.02	Outros	17.683	8.153	10.476
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	2.359	1.892	1.703
2.01.05.02.05	Adiantamento clientes	5.182	5.007	5.172
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	1.854	190	1.337
2.01.05.02.07	Passivo de arrendamento	8.288	1.064	2.264
2.01.06	Provisões	95.012	37.678	31.333
2.01.06.02	Outras Provisões	95.012	37.678	31.333
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	95.012	37.678	31.333
2.02	Passivo Não Circulante	4.991.027	3.332.225	3.051.260
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.832.810	3.045.615	2.760.100
2.02.01.02	Debêntures	4.832.810	3.045.615	2.760.100
2.02.02	Outras Obrigações	9.511	4.533	1.953
2.02.02.02	Outros	9.511	4.533	1.953
2.02.02.02.03	Passivo de arrendamento	9.511	4.533	1.953
2.02.04	Provisões	148.706	282.077	289.207
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	59.518	64.459	53.837
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	59.518	64.459	53.837

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.02.04.02	Outras Provisões	89.188	217.618	235.370
2.02.04.02.04	Provisões para manutenção	89.188	217.618	235.370
2.03	Patrimônio Líquido	139.431	97.732	83.847
2.03.01	Capital Social Realizado	580.628	580.628	580.628
2.03.04	Reservas de Lucros	11.509	11.509	11.509
2.03.04.10	Prêmio de Opção sobre Debêntures Conversíveis	11.509	11.509	11.509
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-452.706	-494.405	-508.290

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.779.661	949.087	899.744
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.289.935	-501.081	-522.049
3.03	Resultado Bruto	489.726	448.006	377.695
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-56.210	-77.306	-63.033
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-56.344	-74.845	-60.380
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.620	481	1.655
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.486	-2.942	-4.308
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	433.516	370.700	314.662
3.06	Resultado Financeiro	-371.683	-342.767	-323.382
3.06.01	Receitas Financeiras	128.252	48.087	40.785
3.06.02	Despesas Financeiras	-499.935	-390.854	-364.167
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	61.833	27.933	-8.720
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-20.134	-14.048	2.998
3.08.01	Corrente	0	-12.126	-9.658
3.08.02	Diferido	-20.134	-1.922	12.656
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	41.699	13.885	-5.722
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	41.699	13.885	-5.722
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,07182	0,02391	-0,00985

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	41.699	13.885	-5.722
4.03	Resultado Abrangente do Período	41.699	13.885	-5.722

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	435.250	377.838	324.659
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	626.559	568.764	499.645
6.01.01.01	Depreciação e amortização	132.537	115.017	81.744
6.01.01.02	Valor líquido do intangível e imobilizado baixado	49	-403	0
6.01.01.03	Provisão manutenção	13.880	26.309	67.464
6.01.01.04	Provisão para riscos	21.846	27.529	19.696
6.01.01.05	Encargos Financeiros e variação monetária sobre as debentures	457.329	385.510	342.487
6.01.01.06	Receita financeira de títulos e valores mobiliários	-19.165	-13.480	-3.318
6.01.01.07	Juros sobre contratos de arrendamento	1.005	349	292
6.01.01.08	Imposto corrente	0	12.126	9.658
6.01.01.09	Imposto diferido	20.134	1.922	-12.656
6.01.01.10	Lucro/Prejuízo do exercício	41.699	13.885	-5.722
6.01.01.11	Juros com partes relacionadas	-51.486	0	0
6.01.01.12	Apropriação do custo de emissão da debêntures	8.732	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-191.310	-190.926	-174.986
6.01.02.01	Contas a receber	-7.010	-5.062	-8.198
6.01.02.02	Estoques	6.612	-6.757	-108
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-15.713	-7.742	4.058
6.01.02.04	Adiantamentos a fornecedores	1.004	618	446
6.01.02.05	Despesas antecipadas	163	-1.066	-753
6.01.02.06	Outros ativos	-1.300	-461	-745
6.01.02.07	Fornecedores	-51.876	-43.852	-75.621
6.01.02.08	Salários a pagar, provosões trabalhistas e encargos sociais	602	885	653
6.01.02.09	Credor pela concessão - outorga variável	467	189	622
6.01.02.10	Impostos, taxas e contribuições	4.474	1.081	399
6.01.02.11	IRPJ e CSLL pagos no exercício	0	-11.116	-891
6.01.02.12	Provisão para riscos processuais	-26.787	-16.907	-1.549
6.01.02.13	Outras contas a pagar	1.663	-1.311	1.606

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01.02.14	Juros pagos	-102.781	-99.076	-94.613
6.01.02.15	Juros dos contratos de arrendamento mercantil pago	-1.005	-349	-292
6.01.02.16	Adiantamento a clientes	177	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-899.198	-256.440	-216.603
6.02.01	Aplicações financeiras Vinculadas	-10.495	6.243	8.586
6.02.02	Aquisições de imobilizado	-4.338	-4.087	-1.173
6.02.03	Aquisição de intangível	-884.365	-258.596	-224.016
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	580.185	-6.562	-10.362
6.03.01	Pagamento de debêntures, líquido do custo de captação	-3.729	-3.580	-6.866
6.03.02	Pagamento (principal dos contratos de arrendamento mercantil	-5.124	-2.982	-3.496
6.03.04	Captação de debêntures, líquido do custo de captação	1.589.038	0	0
6.03.05	Debêntures a receber	-1.000.000	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	116.237	114.836	97.694
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	411.731	296.895	199.201
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	527.968	411.731	296.895

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	580.628	11.509	0	-494.405	0	97.732
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	580.628	11.509	0	-494.405	0	97.732
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	41.699	0	41.699
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	41.699	0	41.699
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	580.628	11.509	0	-452.706	0	139.431

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	580.628	11.509	0	-508.290	0	83.847
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	580.628	11.509	0	-508.290	0	83.847
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.885	0	13.885
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.885	0	13.885
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	580.628	11.509	0	-494.405	0	97.732

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	580.628	0	0	-502.568	11.509	89.569
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	580.628	0	0	-502.568	11.509	89.569
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.722	0	-5.722
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-5.722	0	-5.722
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	580.628	0	0	-508.290	11.509	83.847

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	1.857.720	1.019.515	963.689
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	871.519	807.470	720.119
7.01.02	Outras Receitas	2.650	481	1.866
7.01.02.03	Outras	2.650	481	1.866
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	983.551	211.564	241.704
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.154.874	-397.201	-449.393
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-983.551	-211.564	-241.704
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-89.339	-86.102	-86.754
7.02.04	Outros	-81.984	-99.535	-120.935
7.02.04.01	Despesa operacional	-55.951	-75.499	-99.464
7.02.04.02	Ônus variável da concessão	-26.033	-24.036	-21.471
7.03	Valor Adicionado Bruto	702.846	622.314	514.296
7.04	Retenções	-132.537	-115.018	-81.743
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-132.537	-115.018	-81.743
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	570.309	507.296	432.553
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	128.252	48.087	40.785
7.06.02	Receitas Financeiras	128.252	48.087	40.785
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	698.561	555.383	473.338
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	698.561	555.383	473.338
7.08.01	Pessoal	51.735	55.738	53.104
7.08.01.01	Remuneração Direta	32.668	31.953	32.024
7.08.01.02	Benefícios	11.085	10.923	11.426
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.762	2.481	2.359
7.08.01.04	Outros	5.220	10.381	7.295
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	95.573	83.997	59.293
7.08.02.01	Federais	51.975	43.571	23.294
7.08.02.03	Municipais	43.598	40.426	35.999
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	509.554	401.763	366.664

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.08.03.01	Juros	474.981	385.879	345.589
7.08.03.02	Aluguéis	9.619	10.909	2.497
7.08.03.03	Outras	24.954	4.975	18.578
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	41.699	13.885	-5.723
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	41.699	13.885	-5.723

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELEASE DE RESULTADOS

Divulgação imediata

2025



DESEMPENHO OPERACIONAL

As informações contábeis aqui apresentadas no Relatório da Administração e nas Notas Explicativas às informações contábeis intermediárias estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

RESULTADO OPERACIONAL

Desempenho Operacional	4T25	4T24	Δ	2025	2024	Δ
VEPs¹	18.259	18.055	1,1%	71.841	70.936	1,3%
Veículos Leves	7.025	6.833	2,8%	26.878	26.122	2,9%
Veículos Pesados	11.234	11.222	0,1%	44.963	44.814	0,3%
Tráfego²	9.716	9.504	2,2%	37.565	36.696	2,4%
Veículos Leves	7.157	6.952	2,9%	27.417	26.641	2,9%
Veículos Pesados	2.559	2.552	0,3%	10.148	10.055	0,9%
Tarifa Média (R\$)	12,5	11,5	8,9%	12,1	11,3	6,6%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

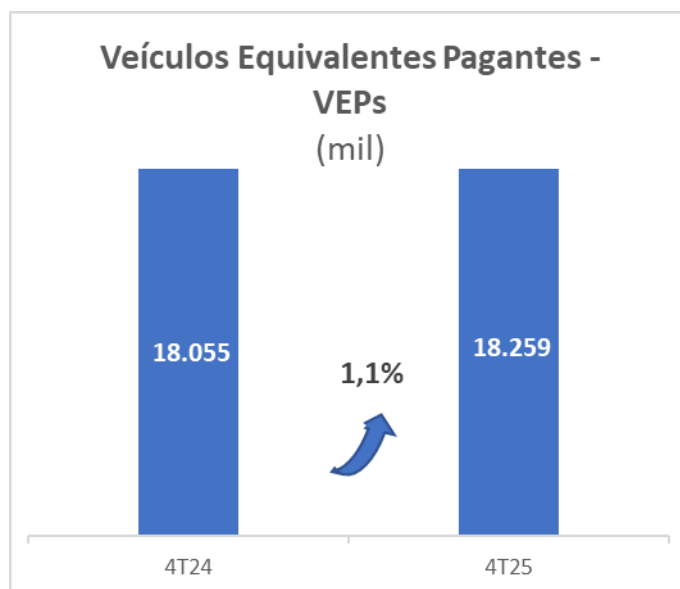
² Refere-se a quantidade de veículos pagantes que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

Variação no transporte de Veículos Dessazonalizado ^{1,2}	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no ano (Jan-Dez/25 sobre Jan-Dez/24): Brasil	2,6%	2,3%	2,5%

¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers

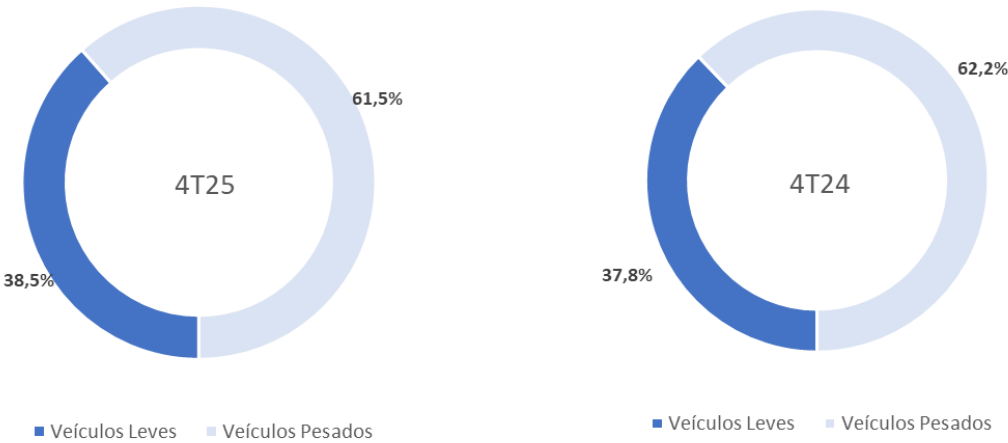
² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em: <https://melhoresrodovias.org.br/indice-abcr/>

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil) -, para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram um aumento de 2,5% no fluxo total de veículos no período.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No Quarto trimestre do ano, as oito praças de pedágio da Entrevias registraram 18,259 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 1,1% na comparação com o mesmo período de 2024. Os veículos pesados apresentaram aumento de 0,1%. Nos veículos leves houve um aumento de 2,8%.



Veículos Leves e Pesados

DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ mil)	4T25	4T24	Δ	2025	2024	Δ
Receita Bruta	509.408	292.097	74,4%	1.855.100	1.019.034	82,0%
Receita de Construção (IFRS)	280.850	84.597	232,0%	983.551	211.564	364,9%
Receita Bruta Ajustada ¹	228.558	207.500	10,1%	871.549	807.470	7,9%
Receitas com Pedágio	228.174	207.117	10,2%	869.119	804.687	8,0%
Receitas Acessórias	378	418	-9,6%	2.400	2.783	-13,8%
Outras	6	(35)	-117,1%	30	-	100,0%
Deduções da Receita Bruta	(19.777)	(18.014)	9,8%	(75.439)	(69.947)	7,9%
Receita Líquida Ajustada ¹	208.781	189.486	10,2%	796.110	737.523	7,9%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

A Receita Líquida Ajustada do exercício de 2025 apresentou um aumento de 7,9% frente a verificada no exercício de 2024, em virtude do aumento do tráfego e do reajuste tarifário de 5,3% contabilizado a partir de 6 de julho de 2025.

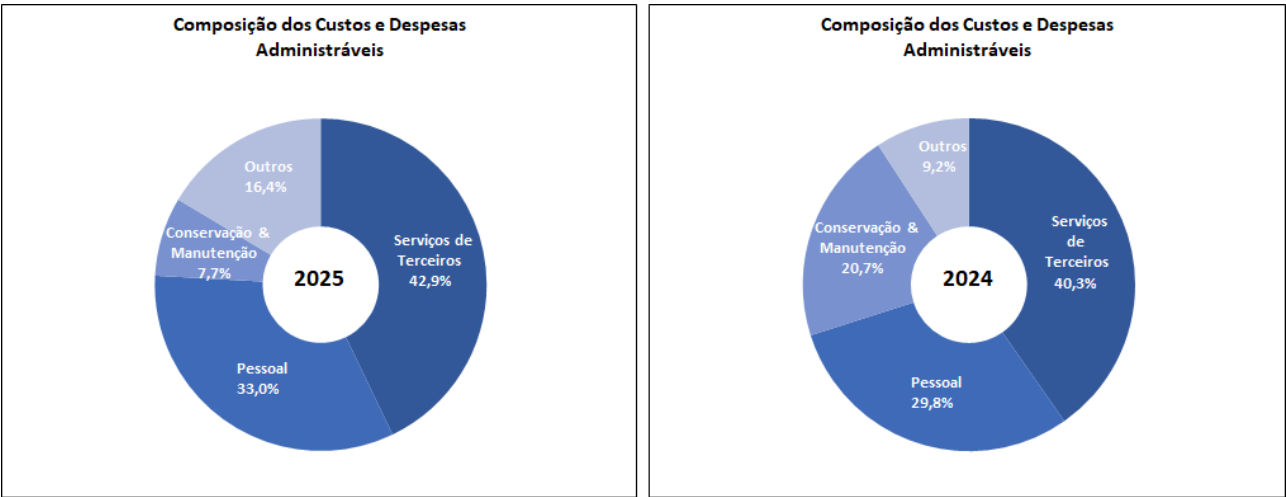
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

CUSTOS E DESPESAS

Custos e Despesas (R\$ mil) ¹	4T25	4T24	Δ	2025	2024	Δ
Pessoal	(14.069)	(13.181)	6,7%	(53.687)	(53.114)	1,1%
Conservação & Manutenção	(3.281)	(9.171)	-64,2%	(22.689)	(25.899)	-12,4%
Serviços de Terceiros	(18.288)	(17.808)	2,7%	(72.740)	(72.105)	0,9%
Seguros	(804)	(993)	-19,0%	(3.647)	(3.829)	-4,8%
Locações de imóveis e máquinas	(3.074)	2	-153800%	(6.752)	(3.600)	87,6%
Outras despesas operacionais	(3.137)	(3.070)	2,2%	(14.141)	(14.617)	-3,3%
Custos & Despesas Administráveis	(42.653)	(44.221)	-3,5%	(173.656)	(173.164)	0,3%
Outorga Variável + Ônus de Fiscalização	(6.830)	(6.205)	10,1%	(26.033)	(24.036)	8,3%
Depreciação & Amortização	(34.552)	(31.194)	10,8%	(132.537)	(115.018)	15,2%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados ²	(84.035)	(81.620)	3,0%	(332.226)	(312.218)	6,4%
Custo de Construção (IFRS)	(280.850)	(84.597)	232,0%	(983.551)	(211.564)	364,9%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(2.970)	(4.713)	-37,0%	(13.880)	(25.532)	-45,6%
Provisões Regulatória, Cível e Trabalhista	154	(12.800)	-101,2%	(19.108)	(29.554)	-35,3%
Custos & Despesas Operacionais	(367.701)	(183.730)	100,1%	(1.348.765)	(578.868)	133,0%

¹ A abertura entre custos e despesas operacionais consta da NE 20
² Desconsidera os impactos do IFRS em relação ao Custo de Construção, à Provisão de Manutenção e às Provisões Regulatórias, Cíveis e Trabalhistas

Os Custos & Despesas Operacionais do exercício de 2025 apresentaram um aumento de 133% comparado ao exercício de 2024.

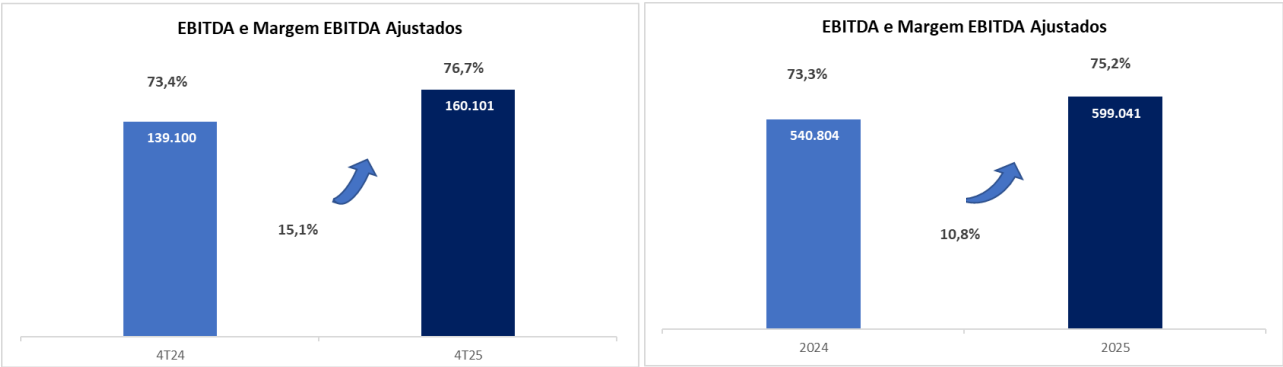


EBITDA E MARGEM EBITDA

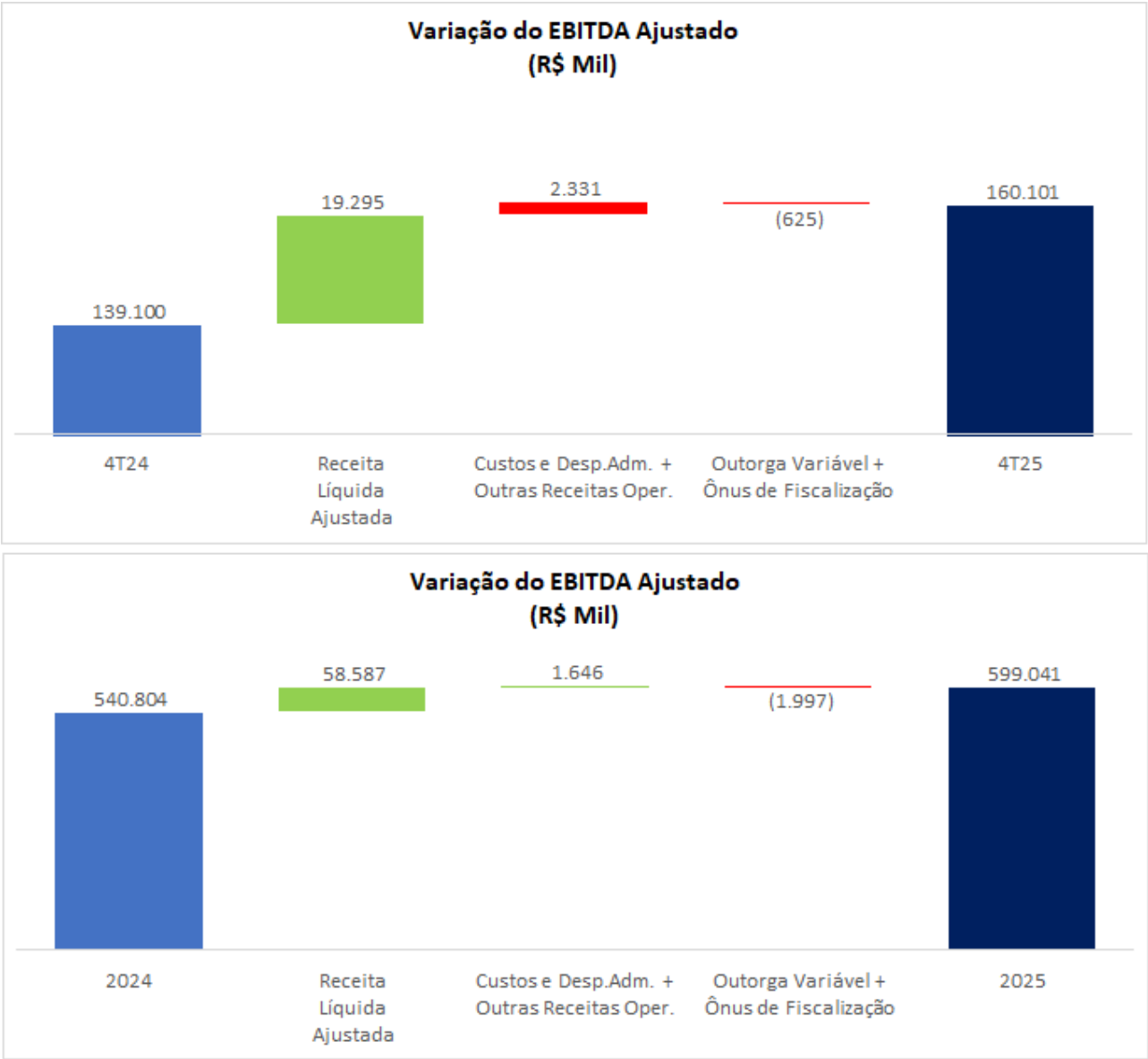
EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	4T25	4T24	Δ	2025	2024	Δ
Lucro Líquido	25.281	(8.661)	-391,9%	41.699	13.885	200,3%
Despesas e Receitas Financeiras Líquidas	85.207	96.988	-12,1%	371.683	342.767	8,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.245	3.880	215,6%	20.134	1.922	947,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	-	(1.814)	-100,0%	-	12.126	-100,0%
Depreciação e Amortização	34.552	31.194	10,8%	132.537	115.018	15,2%
EBITDA ICVM 527	157.285	121.587	29,4%	566.053	485.718	16,5%
Margem EBITDA	75,3%	64,2%	11,2 p.p.	71,1%	65,9%	5,2 p.p.
Provisão de Manutenção (IFRS)	2.970	4.713	-37,0%	13.880	25.532	-45,6%
Provisão para Contingências	(154)	12.800	-101,2%	19.108	29.554	-35,3%
EBITDA Ajustado ¹	160.101	139.100	15,1%	599.041	540.804	10,8%
Margem EBITDA Ajustada ¹	76,7%	73,4%	3,3 p.p.	75,2%	73,3%	1,9 p.p.

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Provisão de Manutenção e às Provisões para Contingências

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



O EBITDA Ajustado do exercício de 2025 foi de R\$ 599,041 milhões, um aumento de 10,8% comparado ao exercício de 2024.





RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ mil)	4T25	4T24	Δ	2025	2024	Δ
Resultado Financeiro	(85.207)	(96.988)	-12,1%	(371.683)	(342.767)	8,4%
Receitas Financeiras	66.303	13.949	375,3%	128.252	48.087	166,7%
Juros sobre aplicações financeiras	(12.152)	13.834	-187,8%	24.325	47.696	-49,0%
Juros com partes relacionadas	39.005	-		51.486	-	
Outros	39.450	115	34068,1%	52.441	391	13312,0%
Despesas Financeiras	(151.510)	(110.937)	36,6%	(499.935)	(390.854)	27,9%
Juros e variação monetária sobre debêntures	(136.160)	(106.268)	28,1%	(457.258)	(378.817)	20,7%
Amortização de custos com emissão de debêntures	(3.041)	(1.738)	75,0%	(17.723)	(7.062)	151,0%
Juros de arrendamento	(454)	(96)	372,9%	(1.006)	(350)	187,4%
Outros	(11.855)	(2.835)	318,2%	(23.948)	(4.625)	417,8%

Inflação e Juros	4T25	4T24	Δ
IPCA Últimos 12 meses	4,3%	4,8%	-0,6 pp
CDI Acumulado Últimos 12 meses	14,3%	10,9%	3,4 pp

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor>

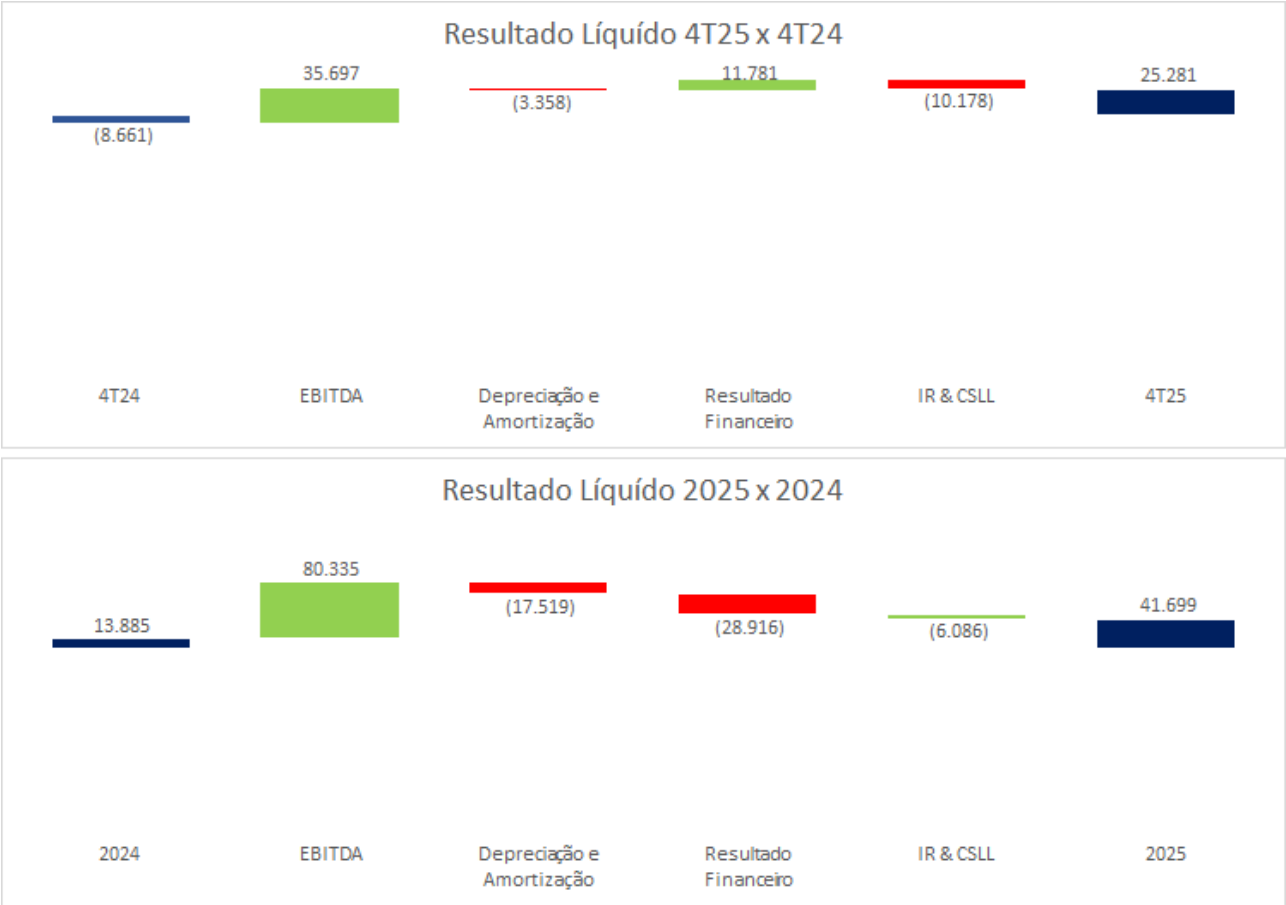
<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAQ/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValor>

O Resultado Financeiro negativo do exercício de 2025 apresentou um aumento do prejuízo de 8,4%, em comparação ao exercício de 2024. Apesar do aumento das receitas financeiras, impactadas pelo aumento do CDI e da nova receita financeira - em função do empréstimo à holding California a piora do resultado financeiro ocorreu majoritariamente pelo aumento das despesas financeiras, devido à emissão da nova debênture.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Resultado Líquido (R\$ mil)	4T25	4T24	Δ	2025	2024	Δ
Resultado do Período	25.281	-8.661	-391,9%	41.699	13.885	200,3%

O resultado do exercício de 2025 foi de lucro de R\$ 41,699 milhões, um aumento de 200,3% comparado ao lucro do exercício de 2024.



DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento	2025	2024	Δ
Dívida Bruta	(4.994.882)	(3.046.293)	63,97%
Curto Prazo	(162.072)	(678)	23804,42%
Debêntures	(162.072)	(678)	23804,42%
Longo Prazo	(4.832.810)	(3.045.615)	58,68%
Debêntures	(4.832.810)	(3.045.615)	58,68%
Disponibilidades	597.932	452.035	32,28%
Caixa e equivalentes de caixa	527.968	411.731	28,23%
Aplicações Financeiras Vinculadas ¹	69.964	40.304	73,59%
Dívida Líquida Ajustada	(4.396.950)	(2.594.258)	69,49%

¹ Aplicações financeiras - consideram Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado compromissados

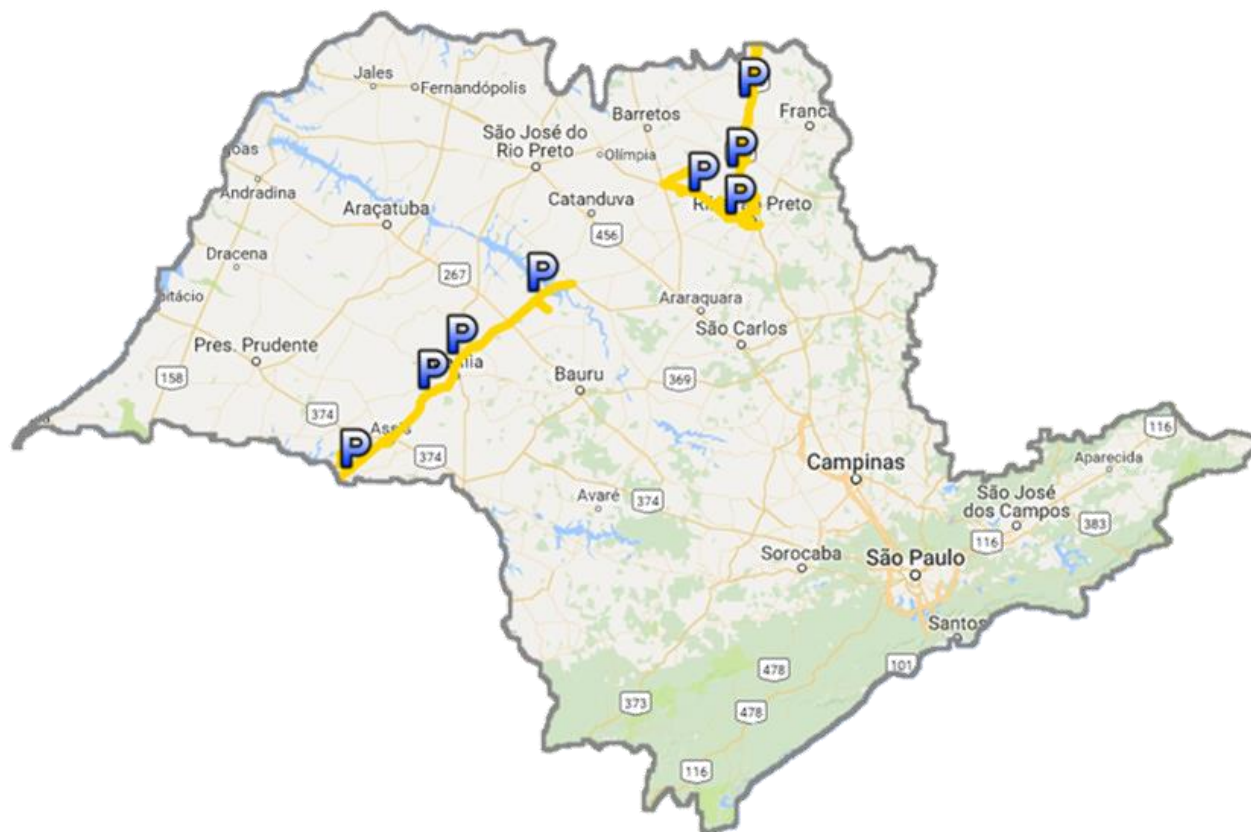
PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ mil)	2025	2024	Δ
Investimento Total	3.568.154	2.754.101	29,56%
Imobilizado	13.098	12.049	8,71%
Intangível	3.555.056	2.742.052	29,65%
Direito de Concessão (Investimento)	3.520.009	2.723.119	29,26%
Software/Direito de Uso	14.567	10.709	36,02%
Direitos de Uso - IRFS 16	20.480	8.224	149,03%



SOBRE A COMPANHIA

A ENTREVIAS



A Entrevias Concessionária de Rodovias S.A., foi constituída em 4 de outubro de 2016, tendo por objeto único e exclusivo a exploração, mediante concessão, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote Florínea-Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista, compreendendo a prestação de serviços de operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários, com a sede na Rodovia Attílio Balbo, KM 327,5 - Sertãozinho - SP.

O lote rodoviário administrado pela Entrevias cruza as microrregiões de Assis, Borborema, Marília, Ituverava, Pongaí, São Joaquim da Barra, Sertãozinho, Novo Horizonte e Ribeirão Preto. A economia da região é predominantemente voltada à agricultura, silvicultura e exploração florestal. Outros setores representativos são os de construção, alimento e bebidas e transporte e armazenagem.

O projeto envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R\$ mil)	4T25	4T24	Δ	2025	2024	Δ
Receita Bruta	509.408	292.097	74,4%	1.855.100	1.019.034	82,0%
Receitas com Pedágio	228.174	207.117	10,2%	869.119	804.687	8,0%
Receitas Acessórias	378	418	-9,6%	2.400	2.783	-13,8%
Receita de Construção (IFRS)	280.850	84.597	232,0%	983.551	211.564	364,9%
Deduções da Receita Bruta	(19.777)	(18.014)	9,8%	(75.439)	(69.947)	7,9%
Outros	6	(35)	-117,1%	30	-	
Receita Líquida	489.631	274.083	78,6%	1.779.661	949.087	87,5%
Custos & Despesas	(367.701)	(183.730)	100,1%	(1.348.765)	(578.868)	133,0%
Pessoal	(14.069)	(13.181)	6,7%	(53.687)	(53.114)	1,1%
Conservação & Manutenção	(3.281)	(9.171)	-64,2%	(22.689)	(25.899)	-12,4%
Operacionais	(18.288)	(17.808)	2,7%	(72.740)	(72.105)	0,9%
Locações de imóveis e máquinas	(3.074)	2	-153800,0%	(6.752)	(3.600)	87,6%
Outras despesas operacionais	(3.137)	(3.070)	2,2%	(14.141)	(14.617)	-3,3%
Outorga Variável + Ônus de Fiscalização	(6.830)	(6.205)	10,1%	(26.033)	(24.036)	8,3%
Seguros	(804)	(993)	-19,0%	(3.647)	(3.829)	-4,8%
Custo de Construção (IFRS)	(280.850)	(84.597)	232,0%	(983.551)	(211.564)	364,9%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(2.970)	(4.713)	-37,0%	(13.880)	(25.532)	-45,6%
Provisões Regulatória, Cível e Trabalhista	154	(12.800)	-101,2%	(19.108)	(29.554)	-35,3%
Depreciação & Amortização	(34.552)	(31.194)	10,8%	(132.537)	(115.018)	15,2%
Outras receitas operacionais líquidas	803	40	1907,5%	2.620	481	444,7%
RESULTADO OPERACIONAL	122.733	90.393	35,8%	433.516	370.700	16,9%
Resultado Financeiro	(85.207)	(96.988)	-12,1%	(371.683)	(342.767)	8,4%
Receitas Financeiras	66.303	13.949	375,3%	128.252	48.087	166,7%
Juros sobre Aplicações Financeiras	39.334	13.834	184,3%	75.811	47.696	58,9%
Juros com partes relacionadas	39.005	-		51.486	-	
Outros	(12.036)	115	-10524,2%	955	391	144,2%
Despesas Financeiras	(151.510)	(110.937)	36,6%	(499.935)	(390.854)	27,9%
Juros e variação monetária sobre debêntures	(136.160)	(106.268)	28,1%	(457.258)	(378.817)	20,7%
Amortização de custos com emissão de debênture	(3.041)	(1.738)	75,0%	(17.723)	(7.062)	151,0%
Juros de arrendamento	(454)	(96)	372,9%	(1.006)	(350)	187,4%
Outros	(11.855)	(2.835)	318,2%	(23.948)	(4.625)	417,8%
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	37.526	(6.594)	-669,1%	61.833	27.933	121,4%
Imposto de Renda Corrente	-	1.336	-100%	-	(8.903)	-100,0%
Contribuição Social Corrente	-	478	-100,0%	-	(3.223)	-100,0%
IR & CSL Correntes	-	1.814	-100%	-	(12.126)	-100%
Imposto de Renda Diferido	(9.003)	(2.789)	222,8%	(14.816)	(1.354)	994,2%
Contribuição Social Diferida	(3.242)	(1.091)	197,1%	(5.318)	(568)	836,3%
IR & CSL	(12.245)	(3.880)	216%	(20.134)	(1.922)	947,6%
RESULTADO DO PERÍODO	25.281	(8.661)	-392%	41.699	13.885	200,3%

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Ativo (R\$ Mil)	2025	2024	Passivo (R\$ Mil)	2025	2024
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	527.968	411.731	Fornecedores	130.582	50.808
Aplicações financeiras vinculadas	69.964	40.304	Debêntures	162.072	678
Contas a receber	62.253	55.261	Credor pela concessão	2.359	1.892
Contas a receber de partes relacionadas	20	2	Adiantamento de clientes	5.182	5.007
Estoques	9.844	16.456	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.089	11.487
Adiantamento a fornecedores	800	1.804	Obrigações Fiscais	17.061	12.587
Despesas antecipadas	4.202	4.365	Outras contas a pagar	1.854	191
Outros ativos	5.519	5.454	Passivos com partes relacionadas	11.533	17.596
Total do ativo circulante	680.570	535.377	Passivo de arrendamento	8.288	1.064
Ativo Não Circulante			Provisões para manutenção	95.012	37.677
Outros ativos	1.524	289	Total do passivo circulante	446.032	138.987
Tributos a recuperar	25.952	10.239	Passivo Não Circulante		
Tributos diferidos	248.804	268.938	Debêntures	4.832.810	3.045.615
Imobilizado	13.098	12.049	Provisões para manutenção	89.188	217.618
Intangível	2.366.803	2.358.704	Passivo de arrendamento	9.511	4.533
Infraestrutura em andamento	1.188.253	383.348	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	59.518	64.459
Debêntures a receber	1.051.486	0	Total do passivo não circulante	4.991.027	3.332.225
Total do ativo não circulante	4.895.920	3.033.567	Patrimônio Líquido		
TOTAL DO ATIVO	5.576.490	3.568.944	Capital Social Realizado	580.628	580.628
			Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis	11.509	11.509
			Lucros/Prejuízos Acumulados	(452.706)	(494.405)
			Total do patrimônio líquido	139.431	97.732
			TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.576.490	3.568.944

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2025: auditoria das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); e revisão das informações financeiras anuais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A empresa e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios do usuário, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA (INSTRUÇÃO CVM 80/22)

A Diretoria da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. declara, nos termos da Instrução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou:

- com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da KPMG Auditores Independentes Ltda.; e
- com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Sertãozinho, 31 de março de 2026

Pablo Gustavo Pascuttini

Presidente

François Xavier Marie Gabriel Arhanchiague

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Letícia de Carvalho Barbosa

Contadora CRC SP -320110/O-1

Notas Explicativas

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil e constituída em 4 de outubro de 2016. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A Companhia tem por objeto único e exclusivo a exploração, mediante concessão, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 28 Florínea - Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista, compreendendo a prestação de serviços de operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários. A Companhia está localizada na Rodovia Atílio Baldo SP 322, Km 327,500, Pista Leste, S/N - Sertãozinho - SP.

A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A., que por sua vez tem como controladora a Infraestrutura Investimentos e Participações S.A., a Califórnia Infraestrutura Holding S.A., que por sua vez tem como controladora a VINCI Highways do Brasil S.A..

1.1. Contrato de Concessão

Em 6 de junho de 2017, foi celebrado o Contrato de Concessão com prazo de 30 anos, relativo à Concorrência Pública Internacional 03/2016 para a exploração, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote Florínea - Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista.

O projeto envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso de pagar:

- A outorga fixa, no montante de R\$1.376.512, que foi paga em 2 parcelas, sendo reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível.
- O valor da outorga variável correspondente a 3% das receitas brutas mensais auferidas pela concessionária (pedágio, acessórias e rendimentos financeiros) bem como, 3% sobre a mesma base à título de taxa de fiscalização. A outorga variável está atualmente isenta por prazo indeterminado, conforme Termo aditivo 01/2021.

A data de início da operação do trecho existente se deu em 5 julho de 2017 formalizada pela assinatura do termo de transferência, com prazo de 30 anos a contar desta data e adicionalmente o projeto abrange investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 211 quilômetros de faixas rodoviárias entre o Município de Florínea e o Município de Borborema e também a construção de faixas adicionais, dispositivos de retorno e de outras estruturas rodoviárias e o projeto compreende também investimentos em Serviços de Atendimento aos Usuários - SAU.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Compromissos: o contrato de concessão da Entrevias prevê investimento de R\$3.972.202 ao longo dos 30 anos. Serão alocados R\$985.752 para obras de ampliação, R\$1.917.461 na restauração de rodovias, R\$615.847 em equipamentos e sistemas, entre outros investimentos para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários, além de monitoramento por câmeras inteligentes em toda a malha viária, por exemplo, está prevista a implementação de inovações como rede de dados sem fio ("Wi-Fi") para entregar aos usuários informações importantes do sistema, como atualização sobre as condições do trânsito.

Notas Explicativas

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Termo Aditivo 01/2021 ao Contrato de Concessão

Na data do dia 1º de fevereiro de 2021, passou a produzir efeito o referido aditivo, que tem por objeto implantar medidas com objetivo de mitigar efeitos adversos no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em especial decorrentes da aplicação de isenção de pedágio sobre os eixos suspensos dos veículos de transporte de cargas que circulassem vazios nas vias terrestres federais, estaduais, distritais e municipais.

Com a produção de efeitos do Aditivo, a partir do dia 01/02/2021, no âmbito do Contrato de Concessão, a Entrevias passou a: (i) cobrar tarifas reajustadas em 2,91%; e (ii) estar isenta da cobrança de outorga variável por prazo indeterminado.

A Companhia ressalta que tais medidas poderão ser objeto de ajustes futuros, caso seja aplicável para assegurar o reequilíbrio por fluxo de caixa marginal, nos termos previstos no Contrato de Concessão.

Termo Aditivo 02/2022 ao Contrato de Concessão

Na data de 17 de agosto de 2022 foi assinado o Termo aditivo modificativo coletivo nº 02/2022 ARTESP-PRC-2022/04426 (TAM). O TAM tem por objeto a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em razão da frustração de receita bruta causada pela não aplicação do reajuste das tarifas quilométricas de pedágio referente à variação do respectivo indexador tarifário contratual entre 2021 e 2022 no momento determinado pelos Contrato de Concessão, qual seja: na data de 6 de julho de 2022.

Os pagamentos foram realizados no último dia útil dos meses de agosto, outubro e dezembro de 2022, até a aplicação efetiva do reajuste tarifário referente ao exercício de 2021-2022 vigente a partir do dia 16 de dezembro de 2022.

Pleito de reequilíbrio por acréscimo de investimentos

O pleito de acréscimo de investimentos, formulado pela concessionária Entrevias, relativo às obras de Conservação Especial do Pavimento das Rodovias SP 322, SP 328 e SP 330 – tem em vista a degradação precoce de 302 segmentos homogêneos do pavimento, em relação ao que era previsto no contrato da extinta concessionária Vianorte S.A., em termos de Vida Útil Remanescente do Sistema, e por consequência, refletido no próprio Estudo de Viabilidade, EVTEA e POI.

No dia 27 de dezembro de 2024, em deliberação do processo SEI! nº 134.00029248/2024-77, o Conselho Diretor da ARTESP recomendou o acréscimo de investimento e reconheceu seu efeito de desequilíbrio econômico-financeiro, em Valor Presente Líquido (VPL), a valores de março de 2016 e considerando a TIR contratual 9,83% a.a., de um montante de R\$49.273 a ser reequilibrado em favor da Entrevias. Esse valor, atualizado para o 8º ano contratual e a preços de julho de 2024, equivale a R\$156.722.

Nos termos do Despacho 0071147222, a Secretaria de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo determinou a aplicação de medida cautelar de mitigação de desequilíbrio econômico-financeiro no Contrato de Concessão nº0352/ARTESP/2017 (SEI 0051217654), nos termos do artigo 2º, inc. III, alíneas “f” e “e” da Resolução SPI9/2023, consistente em (i) acréscimo de R\$0,10 (dez centavos) ao valor da tarifa de pedágio e (ii) pagamento de indenização no valor de R\$60.000, base julho/2024.

O pagamento da indenização foi efetuado em 25 de junho de 2025. O montante estava reconhecido em infraestrutura em construção e a parte que seria recebida em caixa foi transferida para ativo financeiro e baixada após o recebimento. O saldo remanescente que ficou em infraestrutura em construção será transferido para ativo intangível e sua amortização será iniciada.

O acréscimo de R\$0,10 ao valor da tarifa de pedágio foi aplicado juntamente com o reajuste tarifário

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

anual, a partir de 06 de julho de 2025, com vigência até a recomposição do impacto econômico-financeiro já apurado do evento de desequilíbrio.

1.2. Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, que representa a primeira etapa de regulamentação da Reforma Tributária. O novo modelo estabelece um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) estruturado em duas competências ("IVA dual"): Federal, por meio da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Subnacional, por meio do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Esses tributos substituirão PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, conforme regulamentação complementar.

O período de transição ocorrerá de 2026 a 2032, durante o qual o sistema tributário atual coexistirá com o novo regime. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos mencionados somente poderão ser avaliados com efetividade após a conclusão da regulamentação dos temas ainda pendentes por Lei Complementar.

Para o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não há impactos decorrentes da Reforma Tributária refletidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentadas nesta data."

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2026.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (a) determinação de provisões para manutenção – nota explicativa nº 16;
- (b) provisões para riscos processuais – nota explicativa nº 18; e
- (c) elaboração de projeções para teste de redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão e de realização dos ativos fiscais diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, estão relacionadas à probabilidade de eventos futuros – notas explicativas nº 08 e 10.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

(ii) Julgamentos

As aplicações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01 (R1) e *International Financial Reporting Interpretations Committee* – IFRIC 12, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Companhia reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão.

Notas Explicativas

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 47 e IFRS 15, quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Completion* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção, conforme nota explicativa nº 20.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras, conforme nota explicativa nº 16.

Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Companhia reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas, ambientais e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 18.

Imposto diferido

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 8.

Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (e ativos de contrato) são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento (abordagem simplificada). Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

2.5. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nesta demonstração financeira, salvo indicação ao contrário, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

(ii) Estoque

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia.

(iii) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens

Notas Explicativas ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(a) Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Impostos diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização por meio da geração de lucros tributáveis futuros, não seja mais provável.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, à variação do PIB e à taxa de inflação esperada.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

(iv) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada por redução ao valor recuperável “*impairment*”. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada dos itens, limitada ao prazo de concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 09. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(v) Intangível

A Companhia quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Companhia poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras.

(vi) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

A Companhia revisa anualmente o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis e avalia se há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor.

Por tratar-se de concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo

Notas Explicativas**ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC.

Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before taxes* - EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Se o montante recuperável do ativo ou UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(vii) Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(viii) Credor pela concessão

Representa os valores a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais.

(ix) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(x) Provisão para manutenção

Decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 9,83% ao ano, em 31 de dezembro de

Notas Explicativas**ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

2025 e 2024. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa WACC (*Weighted Average Cost of Capital* ou Custo Médio Ponderado de Capital em português), definida no contrato de concessão.

(xi) Provisão para riscos processuais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórios e trabalhistas com base na avaliação de probabilidade de perda, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(xii) Debêntures a pagar - partes relacionadas

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis - No reconhecimento inicial o valor justo do componente passivo foi determinado por meio do valor presente dos fluxos de caixa contratados e descontados à taxa de 8,65% a.a. avaliada pela Companhia como sendo comparável a transação similar sem a cláusula de conversibilidade e contabilizado no patrimônio líquido.

Custos com debêntures

Os custos com debêntures atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial até ficarem disponíveis para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até o momento em que são destinados ao uso.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com debêntures específicas e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com debêntures qualificadas para capitalização.

Todos os demais custos com debêntures são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos.

(xiii) Debêntures a receber - partes relacionadas

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

(xiv) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – valor justo por meio do resultado abrangente ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2025 não há instrumentos classificados como VJORA.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(a) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; – como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado.

Notas Explicativas

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Notas ExplicativasENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(xv) Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuível aos acionistas controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

(xvi) Reconhecimento de receita

a) Receitas de serviços

As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão (IFRIC 12).

A receita relacionada aos serviços de construção ou modernização segundo um contrato de concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Companhia que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de performance, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

c) Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos

Notas Explicativas ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao valor contábil bruto do ativo financeiro ou ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo financeiro (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

(xvii) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresas de capital aberto, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para perda de crédito esperada), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

(xviii) Benefícios a empregados

A Companhia concede diversos planos de benefícios a empregados, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são reconhecidas como despesas de pessoal à medida que o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia não concede plano de benefício pós-empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

(xix) Arrendamento Mercantil – CPC 06 (R2) / IFRS 16

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

Notas Explicativas ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Companhia mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A partir do reconhecimento inicial do passivo de arrendamento, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.

Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

(xx) Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) IFRS 18 / CPC 51 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.

O IFRS 18 /CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

(b) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa	1.082	1.857
Bancos	1.173	1.554
Aplicações financeiras (i)	525.713	408.320
Total	527.968	411.731

- (i) Referem-se a CDBs – Certificados de depósitos bancários que estão sujeitos às remunerações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 100% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (100% a.a. em 31 de dezembro 2024).

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de alta liquidez, com vencimentos não superior a 3 meses da data do investimento e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e que visa atender compromissos de curto prazo.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 24.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

Refere-se à aplicação financeira restrita investida em fundo sujeito à remuneração do Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 100% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (100% a.a. em 31 de dezembro de 2024). A aplicação é destinada a atender determinadas obrigações contratuais, de curto prazo, relacionadas à 2ª emissão de debêntures (vide nota explicativa nº 14).

	2025	2024
Aplicação financeira - FIC Ref. DI	69.964	40.304
Total	69.964	40.304

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 24.

5. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	2025	2024
Pedágio eletrônico a receber (*)	60.723	53.758
Receitas acessórias a receber	1.530	1.503
Total	62.253	55.261
A vencer	62.253	55.261
Total	62.253	55.261

(*) Serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária.

A Companhia avalia, de forma individualizada, para fins de mensuração da provisão para perdas de crédito, a experiência histórica de perdas por clientes, o segmento, a situação do crédito (atual e vencido), e informações prospectivas (*forward-looking*). A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperados em 31 de dezembro de 2025 e 2024. O prazo de vencimento acordado em contrato é de até 30 dias.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 24.

6. ESTOQUE

	2025	2024
Material para pavimentação	2.235	2.240
Elementos de proteção e segurança	3.986	9.473
Material de sinalização	2.166	2.293
Outros	1.457	2.450
Total	9.844	16.456

7. IMPOSTOS A RECUPERAR E IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	2025	2024
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras	25.937	5.929
Antecipações do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre estimativa	-	4.102
Outros	15	208
Total	25.952	10.239

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

O cronograma de compensação dos impostos, foi elaborado com base no estudo preparado pela Administração, quanto à geração de lucros tributáveis que possibilitem a realização total desses valores de impostos a recuperar nos próximos anos.

b) Impostos, taxas e contribuições

	2025	2024
COFINS a recolher	6.320	5.413
PIS a recolher	1.152	992
ISS a recolher	7.263	4.545
Outros impostos a recolher	2.326	1.637
Total	17.061	12.587

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Ativo		Resultado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo fiscal e Base negativa	157.214	150.793	6.421	(5.240)
Provisão para manutenção	62.978	87.150	(24.172)	(3.899)
Provisão para riscos processuais	28.964	30.644	(1.680)	9.583
Outras diferenças temporárias	(352)	351	(7032)	(2.366)
Total	248.804	268.938	(20.134)	(1.922)

Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos:

	Ativos		
	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2025	Constituições reconhecidas contra o resultado	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025
Prejuízo fiscal e Base negativa	150.793	6.421	157.214
Provisão para manutenção	87.150	(24.172)	62.978
Provisão para contingências	30.644	(1.680)	28.964
Outras diferenças temporárias	351	(703)	(351)
Total	268.938	(20.134)	248.805

	Ativos		
	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2024	Constituições reconhecidas contra o resultado	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024
Prejuízo fiscal e Base negativa	156.033	(5.240)	150.793
Provisão para manutenção	91.049	(3.899)	87.150
Provisão para contingências	21.061	9.583	30.644
Outras diferenças temporárias	2.717	(2.366)	351
Total	270.860	(1.922)	268.938

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	2025	2024
Imposto de renda diferido	182.895	197.712
Contribuição social diferida	65.909	71.226
Total	248.804	268.938
	2025	2024
Lucro do exercício antes de IR e CSLL	61.833	27.933
Taxa combinada de impostos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(21.023)	(9.497)

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Demais efeitos permanentes	889	4.551
Total	(20.134)	14.048
Impostos de renda e contribuição social corrente	-	(12.126)
imposto de renda e contribuição social diferidos	(20.134)	(1.922)
Total	(20.134)	(14.048)

Alíquota efetiva 33% 50%

Os ativos fiscais diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, à variação do PIB e à taxa de inflação esperada.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão registrados, é viável considerando que o plano de negócios prevê que a Companhia atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva. Parte relevante do trecho sob concessão da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. vem de um histórico de concessão rodoviária de aproximadamente 20 anos, período que fora analisado para construção das projeções do plano de negócios da Companhia e contribui, atualmente, com mais de dois terços da arrecadação auferida pela Companhia. Trata-se do trecho denominado como remanescente, cujas praças de pedágio são localizadas em Sertãozinho, Pitangueiras, Sales Oliveira e Ituverava.

As outras quatro praças de pedágio, pertencentes ao trecho existente, localizadas em Pongáí, Marília, Echaporã e Florínea, tiveram seus estudos de tráfego baseados em contagem de veículos antes do início da operação. O tráfego efetivo observado ao longo do exercício de 2025 apresentou-se aderente aos volumes levantados nos estudos prévios.

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

9. IMOBILIZADO

	Instalações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Caminhões	Outros	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
<u>Custo do imobilizado</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	936	1.170	6.526	7.789	230	8.472	338	2.801	28.262
Adições	28	19	100	3.863	-	-	1	327	4.338
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>964</u>	<u>1.189</u>	<u>6.626</u>	<u>11.652</u>	<u>230</u>	<u>8.472</u>	<u>339</u>	<u>3.128</u>	<u>32.600</u>
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(183)	(633)	(3.077)	(5.559)	(222)	(6.048)	(85)	(406)	(16.213)
Adições	(59)	(121)	(662)	(1.236)	(8)	(1.069)	(24)	(110)	(3.289)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>(242)</u>	<u>(754)</u>	<u>(3.739)</u>	<u>(6.795)</u>	<u>(230)</u>	<u>(7.117)</u>	<u>(109)</u>	<u>(516)</u>	<u>(19.502)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	753	537	3.449	2.230	8	2.424	253	2.395	12.049
Saldo em 31 de dezembro de 2025	722	435	2.887	4.857	-	1.355	230	2.612	13.098
Taxas de depreciação - a.a.	20	10	20	20	20	20	4	4	-

	Instalações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Caminhões	Outros	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
<u>Custo do imobilizado</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	880	1.169	5.522	7.362	230	6.319	283	2.410	24.175
Adições	56	1	1.004	427	-	2.153	55	391	4.087
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>936</u>	<u>1.170</u>	<u>6.526</u>	<u>7.789</u>	<u>230</u>	<u>8.472</u>	<u>338</u>	<u>2.801</u>	<u>28.262</u>
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(126)	(515)	(2.449)	(4.398)	(214)	(4.322)	(62)	(321)	(12.407)
Adições	(57)	(118)	(628)	(1.161)	(8)	(1.726)	(23)	(85)	(3.806)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(183)</u>	<u>(633)</u>	<u>(3.077)</u>	<u>(5.559)</u>	<u>(222)</u>	<u>(6.048)</u>	<u>(85)</u>	<u>(406)</u>	<u>(16.213)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	754	654	3.073	2.964	16	1.997	221	2.089	11.768
Saldo em 31 de dezembro de 2024	753	537	3.449	2.230	8	2.424	253	2.395	12.049
Taxas de depreciação - a.a.	20	10	20	20	20	20	4	4	-

(*) Transferência de adiantamento a fornecedores para intangível em construção.

Em 31 de dezembro de 2025, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia das debêntures ou de processos de qualquer natureza.

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.
Notas Explicativas
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

10. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contratos de Concessão (ii)	Software	Direitos de uso – CPC 06/IFRS 16 (iii)	Total – intangível	Adiantamento a fornecedores	Infraestrutura em construção(iv)	Total – infraestrutura em construção
<u>Custo</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.475.022	1.376.512	12.093	12.691	2.876.318	72.410	310.938	383.348
Adições	115.110	-	4.654	17.325	137.089	-	868.503	868.503
Alienações/baixas	(52)	-	-	-	(52)	-	-	-
Transferências (*)	298	-	10	-	308	(63.290)	(308)	(63.598)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>1.590.378</u>	<u>1.376.512</u>	<u>16.757</u>	<u>30.016</u>	<u>3.013.663</u>	<u>9.120</u>	<u>1.179.133</u>	<u>1.188.253</u>
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(180.485)	(331.278)	(1.644)	(4.207)	(517.614)	-	-	-
Adições	(77.486)	(45.887)	(547)	(5.329)	(129.249)	-	-	-
Alienações/baixas	3	-	-	-	3	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>(257.968)</u>	<u>(377.165)</u>	<u>(2.191)</u>	<u>(9.536)</u>	<u>(646.860)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Saldo líquido</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.294.537	1.045.233	10.449	8.484	2.358.704	72.410	310.938	383.348
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.332.410	999.347	14.566	20.480	2.366.803	9.120	1.179.133	1.188.253
Taxas anuais de amortização - %								

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.
Notas Explicativas
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contratos de Concessão (ii)	Software	Direitos de uso – CPC 06/IFRS 16 (iii)	Total – intangível	Adiantamento a fornecedores	Infraestrutura em construção(iv)	Total – infraestrutura em construção
<u>Custo</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	801.945	1.376.512	9.221	8.329	2.196.007	2.486	772.451	774.937
Adições	73.986	-	2.608	6.012	82.606	70.327	137.842	208.169
Alienações/baixas	-	-	-	-	-	(403)	-	(403)
Remensuração	-	-	-	(1.650)	(1.650)	-	-	-
Transferências (*)	599.091	-	264	-	599.355	-	(599.355)	(599.355)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.475.022	1.376.512	12.093	12.691	2.876.318	72.410	310.938	383.348
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(118.535)	(285.391)	(1.235)	(1.242)	(406.403)	-	-	-
Adições	(61.950)	(45.887)	(409)	(2.965)	(111.211)	-	-	-
Alienações/baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(180.485)	(331.278)	(1.644)	(4.207)	(517.614)	-	-	-
<u>Saldo líquido</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	683.410	1.091.121	7.986	7.087	1.789.604	2.486	772.451	774.937
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.294.537	1.045.234	10.449	8.484	2.358.704	72.410	310.938	383.348
Taxas anuais de amortização - %	(a)	(a)	20%	(a)		-	-	

(*) Transferência de adiantamento a fornecedores para intangível em construção.

Notas Explicativas ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

- (a) O contrato de concessão e o saldo de capitalização de juros sobre debêntures são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da concessão de 30 anos (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo da concessão). Esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. O Direito de uso – CPC 06 (R2) / IFRS 16 é amortizado conforme tempo de contrato.
- (i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga.
- (ii) Vide nota explicativa nº 1.1.
- (iii) Saldos relacionados às operações de arrendamento da Companhia, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 2 e 10 anos. A Companhia avalia, no início de cada arrendamento, se é razoavelmente certo que estas opções de extensão serão exercidas e reavalia tal conclusão em caso de ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle.
- (iv) Refere-se a obras e serviços em construção em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Companhia é divulgar em conjunto com os demais ativo intangível. Sendo como principal natureza a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.

Análise de *impairment*

De acordo com o CPC01(R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua a análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, utilizando o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Os cálculos do valor e suas premissas subjacentes foram preparadas para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa são: curva de demanda de tráfego, crescimento do PIB e sua elasticidade, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais., bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em reais, considerando efeitos inflacionários.

A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e do custo dos recursos externos.

11. DEBÊNTURES A RECEBER

Em 01 de setembro de 2025, a Califórnia Infraestrutura Holding S.A. realizou a emissão de debêntures não conversíveis, mediante a celebração da “Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, que foi adquirida pela Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. O montante total da emissão das debêntures foi de R\$1.000.000, as quais são remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 1% ao ano, com vencimento em 30 de junho de 2037.

	Saldo em 01/09/2025	Juros	Saldo em 31/12/2025
Debêntures não conversíveis	1.000.000	51.486	1.051.486
Total	1.000.000	51.486	1.051.486

Notas Explicativas ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

12. FORNECEDORES

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecedores de obras	81.639	38.765
Fornecedores operacionais	6.412	3.001
Fornecedores de tecnologia	2.598	1.712
	3.463	3.901
Fornecedores diversos	36.470	3.429
Total	<u>130.582</u>	<u>50.808</u>

13. CREDOR PELA CONCESSÃO

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Taxa de fiscalização	2.359	1.892
Total	<u>2.359</u>	<u>1.892</u>

14. DEBÊNTURES**1ª Emissão – partes relacionadas**

Em 10 de maio de 2017, a Companhia (“Emissora”) realizou a 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final total em 31 de dezembro de 2030. As debêntures foram captadas junto à debenturista e parte relacionada Pátria III – Fundo de Investimento em Participações (“FIP ou debenturista”). O montante total da emissão foi de R\$700.000, correspondentes a 70.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10, em série única, para colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores, as quais são remuneradas pela variação de 100% do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA mais 8,5% ao ano, e os recursos foram destinados ao pagamento de parcela da outorga fixa relativa à concessão do Lote Centro-Oeste Paulista, junto à ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo. Não haverá repactuação programada das debêntures. Não há cláusula de repactuação.

O valor principal da dívida, bem como suas atualizações monetárias e os juros, são acumulados mensalmente no passivo circulante e não circulante, respeitando o cronograma definido na escritura das debêntures.

Conversibilidade das debêntures – as debêntures poderão ser parciais ou totalmente convertidas em ações ordinárias de emissão da Emissora, a qualquer momento desde a data da emissão até a data de vencimento e a exclusivo critério do debenturista, mediante notificação do debenturista à Emissora indicando a quantidade de debêntures a serem convertidas, desde que o EBITDA tenha sido igual ou superior a R\$100.000 (EBITDA, significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora, em bases não consolidadas, relativos aos 12 últimos meses anteriores, antes: (a) das despesas (receitas) financeiras líquidas; (b) do imposto de renda e da contribuição social; (c) das despesas de depreciação e amortização; (d) do resultado da equivalência patrimonial em coligadas, controladas e controladas em conjunto; (e) do efeito de “impairment” de ativos; e (f) de eventuais custos não caixa).

No reconhecimento inicial o valor justo do componente passivo foi determinado por meio do valor presente dos fluxos de caixa contratados e descontados à taxa de 8,65% a.a. avaliada pela Companhia como sendo comparável a transação similar sem a cláusula de conversibilidade. A diferença entre a taxa contratual e a taxa utilizada para determinação do valor justo da dívida na data da captação de R\$11.509, foi contabilizada no patrimônio líquido.

As principais cláusulas de vencimento antecipado das debêntures estão relacionadas à não existência de: (i) pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial por parte da emissora; (ii) transformação societária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações ou ocorrência de mudança direta ou indireta, no controle acionário; (iii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela emissora;

Notas Explicativas ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

(iv) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira assumidas pela Companhia igual ou superior a R\$10.000; e (v) protesto de títulos da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000.

O 1º aditamento à escritura desta 1ª Emissão, celebrado em 27 de fevereiro de 2018, teve como objeto torná-la subordinada, júnior e sujeita ao pagamento prévio de todas as obrigações estabelecidas no âmbito do Financiamento Sênior (2ª Emissão).

Em 10 de maio de 2023, em razão do fechamento da operação contemplada no Contrato de Compra e Venda, os Controladores Indiretos alienaram à VINCI ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 55% (cinquenta e cinco por cento) do capital social da Califórnia Infraestrutura Holding S.A. (controladora indireta da Entrevias) e 55% (cinquenta e cinco por cento) das debêntures conversíveis emitidas pela Entrevias de acordo com a primeira emissão privada de debêntures conversíveis, datada de 10 de maio de 2017, conforme alterada em 27 de fevereiro de 2018 (“Operação”). Não houve mudanças nas condições inicialmente contratadas.

Em 20 de outubro de 2025, em razão do fechamento da operação contemplada no Contrato de Compra e Venda, os Acionistas Minoritários Indiretos alienaram ao NY FIP (“GIC”) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 45% (quarenta e cinco por cento) do capital social da Califórnia Infraestrutura Holding S.A. (controladora indireta da Entrevias) e 45% (quarenta e cinco por cento) das debêntures conversíveis emitidas pela Entrevias de acordo com a primeira emissão privada de debêntures conversíveis, datada de 10 de maio de 2017, conforme alterada em 27 de fevereiro de 2018 (“Operação”). Não houve mudanças nas condições inicialmente contratadas.

2ª Emissão

Em 15 de fevereiro de 2018, foi realizada a 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, com vencimento final em 15 de dezembro de 2030. As debêntures foram captadas junto ao mercado.

O montante total da emissão foi de R\$1.000.000, as quais são remuneradas pela variação de 100% do IPCA mais 7,75% ao ano, e os recursos foram destinados ao pagamento da segunda parcela da outorga fixa relativa à concessão do Lote Centro-Oeste Paulista, junto à ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (e aos gastos operacionais).

Estão classificados no passivo circulante os juros e 11% do principal da dívida bem como suas atualizações monetárias com previsão de pagamento no dia 15 do mês de dezembro de 2026.

As principais cláusulas de vencimento antecipado das debêntures estão relacionadas à não existência de: (i) pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial por parte da emissora; (ii) transformação societária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (iii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela emissora; (iv) deixar de ter o registro na CVM; (v) realizar qualquer pagamentos aos acionista até 30 de junho de 2030, exceto o valor individual ou agregado de até R\$ 20.000 (vinte milhões de reais) por ano, a ser atualizado pela variação do IPCA no período, conforme termos do “*Contrato de Prestação de Serviços Técnicos e de Administração*” celebrados entre a Companhia e seus acionistas indiretos; (vi) contratação, pela Emissora, de qualquer forma de operação financeira, exceto a captação de recursos via 3ª emissão de debêntures, conforme anuência prévia concedida em Assembleia Geral de Debenturistas em 17 de abril de 2025; (vii) protesto de títulos da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$40.000; (viii) descumprimento de qualquer sentença judicial; (ix) cisão, fusão ou quando a emissora for incorporada; e (x) realizar qualquer pagamento referente a 1ª emissão de debêntures.

Conforme anuência prévia concedida pelos debenturistas em AGD de 17 de abril de 2025, os novos índices financeiros indicados a seguir serão apurados semestralmente com base nas informações contábeis intermediárias e do encerramento do exercício da Companhia:

Notas Explicativas ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) para o período compreendido entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2029 (inclusive): EBITDA subtraído de Tributos e Variação de Capital de Giro e CAPEX, acrescido de Receitas Financeiras e Aporte de Capital e de Posição Realizada de Caixa/Amortização(ões) de Principal acrescido de Pagamento de Juros igual ou superior a 1,1x (um inteiro e um décimo de vezes); para o período compreendido entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2029: Relação Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a:

Exercício	Relação
2025	6.50x
2026	6.00x
2027	6.00x
2028	5.00x
2029	5.00x

3ª Emissão

Em 29 de agosto de 2025, foi realizada a 3ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, com vencimento final em 15 de dezembro de 2036. As debêntures foram captadas junto ao mercado.

O montante total da emissão foi de R\$1.640.000, as quais são remuneradas pela variação de 100% do IPCA mais 8,0389% ao ano, e os recursos foram destinados à aquisição das debêntures emitidas pela Califórnia Infraestrutura Holding S.A. no valor de R\$1.000.000, e ao reforço da posição de caixa.

O valor principal da dívida, bem como suas atualizações monetárias e os juros, são acumulados mensalmente no passivo circulante e não circulante, respeitando o cronograma definido na escritura das debêntures

As principais cláusulas de vencimento antecipado das debêntures estão relacionadas à não existência de: (i) pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial por parte da emissora; (ii) transformação societária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações ou ocorrência de mudança direta ou indireta, no controle acionário; (iii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela emissora; (iv) deixar de ter o registro na CVM; (v) se a Emissora realizar quaisquer pagamentos aos seus acionistas, inclusive dividendo mínimo obrigatório, no período compreendido entre a Data de Emissão (inclusive) e 31 de dezembro de 2029, exceto os pagamentos relativos a contratos de prestação de serviços no valor individual ou agregado de até R\$20.000 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas por ano, sendo esse valor atualizado pela variação do IPCA no período, incluindo, sem limitação, no âmbito do “Contrato de Prestação de Serviços Técnicos e de Administração”; (vi) contratação, pela Emissora, de qualquer forma de operação financeira; (vii) protesto de títulos contra a Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$70.000; (viii) descumprimento de qualquer sentença judicial; (ix) cisão, fusão ou quando a emissora for incorporada; e (x) realizar qualquer pagamento referente a 1ª emissão de debêntures.

Os índices financeiros indicados a seguir serão apurados semestralmente com base nas informações contábeis intermediárias e do encerramento do exercício da Companhia:

Para o período compreendido entre a data de emissão das debêntures e 31 de dezembro de 2029 (inclusive), relação EBITDA subtraído de tributos e variação de capital de giro e CAPEX, acrescido de receitas financeiras e aporte de capital e de posição realizada de caixa/amortização de principal acrescido de pagamento de juros igual ou superior a 1,1x.

Para o período compreendido entre 1 de janeiro de 2030 (exclusive) e a data de vencimento final, relação EBITDA subtraído de tributos e variação de capital de giro e CAPEX e acrescido de receitas financeiras e aporte de capital/amortização de principal acrescido de pagamento de juros igual ou superior 1,1x.

Durante toda a vigência das debêntures, relação dívida líquida/EBITDA igual ou inferior a

Notas Explicativas ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

- i. 2024: 6.50x
- ii. 2025: 6.50x
- iii. 2026: 6.00x
- iv. 2027: 6.00x
- v. 2028: 5.00x
- vi. 2029: 5.00x
- vii. 2030 em diante: 5.00x

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	2025	2024
Principal (incluindo atualização monetária)	4.041.859	2.290.736
Remuneração (juros)	1.029.273	789.575
Custos de captação	(76.250)	(34.018)
Total	4.994.882	3.046.293
1ª Emissão de debentures	2.038.076	1.798.395
2ª Emissão de debentures	1.334.602	1.281.916
3ª Emissão de debentures	1.698.454	-
Custos de captação	(76.250)	(34.018)
Circulante	162.072	678
Não circulante	4.832.810	3.045.615

A seguir, a movimentação do saldo das debêntures no exercício de 2025:

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Adição	Juros e atualização monetária	Custo de Captação (adição)	Custo de Captação (baixa)	Pagamento principal	Pagamento de juros	Saldo em 31/12/2025
Debêntures	3.046.293	1.640.000	457.329	(50.962)	8.732	(3.729)	(102.781)	4.994.882

A seguir, a movimentação do saldo das debêntures no exercício de 2024:

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Juros e atualização monetária	Custo de Captação (adição)	Custo de Captação (baixa)	Pagamento principal	Pagamento de juros	Saldo em 31/12/2024
Debêntures	2.763.439	378.817	-	6.693	(3.580)	(99.076)	3.046.293

	31/12/2025	31/12/2024
Vencimento longo prazo		
2026	-	154.286
2027	159.490	241.939
2028 em diante	4.673.320	2.649.390
Total longo prazo	4.832.810	3.045.615

15. PARTES RELACIONADAS

Controlador e Controlador final

A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A., que tem como controladora a Infraestrutura Investimentos e Participações S.A., que por sua vez tem como controladora a Califórnia Infraestrutura Holding S.A. e controlador final Vinci Highways, do Brasil

Notas Explicativas ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Participações S.A..

Remuneração dos Administradores

Em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores da Companhia para os exercícios de 2025 e 2024 em até R\$ 8.000, incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o exercício social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 31 de dezembro de 2025, foram pagos R\$ 4.882 a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros (em 31 de dezembro de 2024, foram pagos R\$ 5.002).

Transações com partes relacionadas

Contas a receber:

Parte relacionada	Transação (a)	Relação	Ativo Circulante	
			2025	2024
Eixo SP Concessionária de Rodovias *	Compartilhamento de despesas	Coligada	-	(6)
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.*	Compartilhamento de despesas	Coligada	-	(9)
IBH I Serviços e Participações *	Compartilhamento de despesas	Coligada	20	-
Concessionária Auto Raposo Tavares*	Compartilhamento de despesas	Coligada	-	17
Total			20	2

Debêntures Contas a receber:

Parte relacionada	Transação (a)	Relação	Ativo Não Circulante	
			31/12/2025	31/12/2024
Califórnia Infraestrutura Holding S.A.	Aquisição de debêntures	Controladora	1.051.486	-
Total			1.051.486	-

Contas a pagar:

Parte relacionada	Transação (a)	Relação	Passivo Circulante	
			2025	2024
Eixo SP Concessionária de Rodovias*	Compartilhamento de despesas		58	46
VINCI Highways do Brasil S.A. (a)	Serviços técnicos e de gestão	Acionista indireta	5.788	9.780
NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia GIC (a)	Serviços técnicos e de gestão	Acionista indireta	5.076	7.752
Concessionária Auto Raposo Tavares*	Compartilhamento de despesas		-	(16)
IBH I Serviços e Participações *	Compartilhamento de despesas		611	34
Total			11.533	17.596

Debêntures:

Partes relacionadas – Acionista indireta	Passivo não circulante	
	2025	2024
NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia GIC - (nota 14)	917.134	-
FCT Invest Infra International – Compacment Vinci Highways - (nota explicativa nº14)	1.120.942	-
Pátria III – Fundo de Investimento em Participações – (nota 14)	-	809.278
Vinci Highways do Brasil - Participações S.A. - (nota 14)	-	989.117
Total	2.038.076	1.798.395

Notas Explicativas ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Resultado:

	2025	2024
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. (b) *	-	(9)
Eixo SP Concessionária de Rodovias (b) *	(294)	107
Eixo SP Concessionária de Rodovias (b) *	108	(58)
Concessionária Auto Raposo Tavares (b) *	-	1
Concessionária Auto Raposo Tavares (b) *	-	(7)
Vinci Highways do Brasil - Participações S.A. (c)	-	(114.522)
Pátria III – Fundo de Investimento em Participações – (nota 14) *	-	(93.700)
NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia GIC - (nota 14)	(107.856)	-
FCT Invest Infra Inter – Compaerment Vinci Highways- (nota explicativa nº14)	(131.825)	-
IBH I Serviços e Participações (b) *	(8.235)	6.874
IBH I Serviços e Participações (b) *	2.569	(1)
Total	<u>(245.533)</u>	<u>(201.315)</u>

* Apresentados nesta nota explicativa pois permaneceram como partes relacionadas até o dia 20/10/2025.

a) Despesa com a prestação de serviços técnicos, de gestão e licenciamento de marca registrada fornecidos por entidades integrantes do mesmo grupo econômico da Companhia.

(b) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

(c) Debêntures

As debêntures conversíveis em ações foram captadas junto à debenturista e parte relacionada Pátria III - Fundo de Investimento em Participações (“FIP ou debenturista”), nas condições especificadas na nota explicativa nº 14.

Em 10 de maio de 2023, mediante fato relevante, foi comunicado o fechamento da operação do Contrato de Compra e Venda, por meio do qual os Controladores Indiretos alienaram à Vinci ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 55% (cinquenta e cinco por cento) do capital social da Califórnia Infraestrutura Holding S.A. (controladora indireta da Entrevias) e 55% (cinquenta e cinco por cento) das debêntures conversíveis emitidas pela Entrevias de acordo com a primeira emissão privada de debêntures conversíveis, datada de 10 de maio de 2017, conforme alterada em 27 de fevereiro de 2018 (“Operação”), descrita na nota explicativa nº 14.

Em 20 de outubro de 2025, por meio de fato relevante, a Companhia comunicou o fechamento da operação decorrente do Contrato de Compra e Venda celebrado entre o Pátria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e a Entrevias Coinvestimento Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. A referida operação contemplou a alienação de 45% (quarenta e cinco por cento) das ações ordinárias de emissão da Entrevias, detidas pelos Acionistas Minoritários Indiretos, em favor do GIC.

16. PROVISÕES PARA MANUTENÇÃO

	2025	2024
Provisão para manutenção	233.592	305.830
Ajuste a valor presente	(49.392)	(50.535)
Total	<u>184.200</u>	<u>255.295</u>

Notas Explicativas ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Circulante	95.012	37.677
Não circulante	89.188	217.618

Descrição	Saldo em 31 de dezembro 2024	Adição	Consumo	Saldo em 31 de dezembro 2025
Provisão para manutenção	305.830	15.448	(87.686)	233.592
Ajuste a valor presente	(50.535)	(1.568)	2.711	(49.392)
Total	255.295	13.880	(84.975)	184.200

Descrição	Saldo em 1 de janeiro de 2024	Adição	Consumo	Saldo em 31 de dezembro 2024
Provisão para manutenção	314.676	28.870	(37.716)	305.830
Ajuste a valor presente	(47.974)	(2.561)	-	(50.535)
Total	266.702	26.309	(37.716)	255.295

A provisão constituída no passivo não circulante, até 31 de dezembro de 2025, representa o saldo que será investido em conservação especial entre janeiro de 2027 e dezembro de 2028, conforme “aging” de gastos descrito abaixo:

	Saldo
De janeiro de 2027 a dezembro de 2027	65.279
De janeiro de 2028 a dezembro de 2028	23.909
Total	89.188

17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Composição dos saldos e movimentação

Passivo de arrendamento

	2025	2024
Saldo inicial	5.597	4.217
Adições	17.326	6.012
Remensuração	-	(1.650)
Juros provisionados	1.005	349
Pagamento de juros	(1.005)	(349)
Pagamento de principal	(5.124)	(2.982)
Total	17.799	5.597
Circulante	8.288	1.064
Não circulante	9.511	4.533

Para os contratos reconhecidos no ano de 2024 e 2025, aplicou-se a taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Por meio desta metodologia, a Companhia obteve uma taxa média ponderada de 6,09% a.a..

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

18. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

a) Provável

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos de natureza cível e trabalhista e ações de natureza regulatória classificadas como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, constituiu a provisão necessária conforme tabela abaixo.

	2025	2024
Provisão para contingência - ação cível	16.330	14.878
Provisão para contingência - ação tributária	-	288
Provisão para contingência - ação trabalhista	2.034	4.040
Provisão para contingência - ação regulatória (*)	41.154	45.253
Total	59.518	64.459

(*) Notificações emitidas pela ARTESP resultantes de sua fiscalização sobre as atividades da concessionária. A variação nos saldos decorre da atualização monetária e evolução das causas na esfera administrativa.

Movimentação dos riscos prováveis:

	2024	Constituição	Reversões	Pagamentos	Atualização Monetária	2025
Cível	14.878	3.480	(1.880)	(2.771)	2.623	16.330
Tributária	288	-	(288)	-	-	-
Trabalhista	4.040	264	(2.060)	(283)	73	2.034
Regulatória	45.253	13.501	(3.868)	(23.733)	10.001	41.154
Total	64.459	17.245	(8.096)	(26.787)	12.697	59.518

b) Possível

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos de natureza cível, trabalhista e ações de natureza regulatória classificadas como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões.

	2025	2024
Causas possíveis - ação cível	59.818	7.117
Causas possíveis - ação trabalhista	7.228	4.745
Causas possíveis - ação regulatória	97.091	90.779
Total	164.204	102.641

Ademais, a Companhia não possui causas de natureza tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda provável ou possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito é de R\$ 580.628 (R\$ 580.628 em 31 de

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

dezembro de 2024), representado por 580.628 ações (580.628 em 31 de dezembro de 2024), sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social subscrito é representado conforme segue:

Acionista	Ações	%
Infraestrutura Investimento e Participação II S.A.	580.628	100

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A segunda e a terceira emissões de debêntures não conversíveis têm em sua escritura como evento que constitui situação de inadimplemento acarretando vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das debêntures, a proibição em realizar qualquer pagamento aos acionistas, inclusive dividendo mínimo obrigatório.

20. RECEITAS

Estão representadas por:

	2025	2024
Receita com arrecadação de pedágio	869.119	804.687
Receita acessória	2.400	2.783
Receitas com construção (a)	983.551	211.564
Outras	30	-
Receita bruta	1.855.100	1.019.034
Deduções de receita	(75.439)	(69.947)
Receita líquida	1.779.661	949.087

- a) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento, pois não foi faturado foi reconhecido a construção de acordo com ICPC 01 (R1) / IFRIC 12.

	2025	2024
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com serviços	871.519	807.470
<u>Deduções</u>		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	(26.171)	(24.264)
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(5.670)	(5.257)
Imposto Sobre Serviços - ISS (2% a 5%)	(43.598)	(40.426)
Deduções da receita	(75.439)	(69.947)

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	2025	2024
Custo de construção de obra (*)	(983.551)	(211.564)
Provisão para manutenção	(13.880)	(25.532)
Depreciações e amortizações	(132.537)	(115.018)
Pessoal	(53.687)	(53.114)
Serviços de terceiros (**)	(72.740)	(72.105)
Poder concedente	(26.033)	(24.036)
Conservação e manutenção	(22.689)	(25.899)
Provisão para contingências	(19.108)	(29.554)
Locações de imóveis e máquinas	(6.752)	(3.600)
Seguros	(3.647)	(3.829)
Outras receitas e despesas operacionais	(11.521)	(14.136)
Total	(1.346.145)	(578.387)

Notas Explicativas ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Custo dos serviços prestados	(1.289.935)	(501.081)
Despesas administrativas	(56.344)	(74.845)
Outras despesas	(2.486)	(2.942)
Outras receitas	2.620	481
Total	<u>(1.346.145)</u>	<u>(578.387)</u>

- (*) Considera adições, baixas e transferências dos itens de Intangível em Rodovias (i) e Intangível em Andamento (iv) da NE 10.
- (**) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	75.811	47.696
Juros com partes relacionadas	51.486	-
Variação monetária sobre créditos fiscais	433	171
Outros	<u>522</u>	<u>220</u>
Total	<u>128.252</u>	<u>48.087</u>
Despesas financeiras:		
Juros e variação monetária sobre debêntures 1ª emissão	(239.681)	(219.731)
Juros e variação monetária sobre debêntures 2ª emissão	(159.195)	(159.086)
Juros e variação monetária sobre debêntures 3ª emissão	(58.382)	-
Amortização de custos com emissão de debêntures	(17.723)	(7.062)
Juros de arrendamento	(1.006)	(350)
AVP - Provisão de manutenção	(2.711)	(776)
Outras	<u>(21.237)</u>	<u>(3.849)</u>
Total	<u>(499.935)</u>	<u>(390.854)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(371.683)</u>	<u>(342.767)</u>

23. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro/prejuízo básico e diluído por ação:

	2025	2024
Lucro referente aos doze meses atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro/ prejuízo básico/diluído por ação	41.699	13.885
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico/diluído por ação	580.628	580.628

a) Lucro básico/diluído por ação

	2025	2024
Lucro básico/diluído por ação	0,07	0,02

Notas ExplicativasENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia administra seu capital para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração com base no Gerenciamento de Risco.

Exposição a riscos cambiais

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

Na data base 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e debêntures circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de debêntures a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações financeiras para o exercício de 2025, conforme quadro a seguir:

		31/12/2025	Nível
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa (ii)	Custo amortizado	527.968	
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado	69.964	
Contas a receber	Custo amortizado	62.253	
Debêntures a receber	Custo amortizado	1.051.486	
Outros ativos	Custo amortizado	7.043	

Notas Explicativas ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Total **1.718.714**

Passivos

Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	130.582
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	4.994.882
Passivo de arrendamento	Outros passivos financeiros	17.799
Credor pela concessão	Outros passivos financeiros	2.359
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	1.854
Contas a pagar com partes relacionadas	Outros passivos financeiros	11.533

Total **5.159.009**

		31/12/2024	Nível
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa (ii)	Custo amortizado	411.731	-
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado	40.304	-
Contas a receber	Custo amortizado	55.261	-
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	2	-
Outros ativos	Custo amortizado	5.743	-

Total **513.041**

Passivos

Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	53.037	-
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	3.046.293	-
Passivo de arrendamento	Outros passivos financeiros	5.597	-
Credor pela concessão	Outros passivos financeiros	1.892	-
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	191	-
Contas a pagar com partes relacionadas	Outros passivos financeiros	15.367	-

Total **3.122.377**

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- (i) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.
- (iii) Os valores justos das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas informações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (IPCA), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis.

Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Notas Explicativas ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

b) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágios se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças, que são administradoras renomadas. Para os casos das receitas acessórias a Companhia interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta valores a receber de R\$60.723 (R\$53.758 em 31 de dezembro de 2024), sendo 98% deste total, valores a receber das Operadoras de Serviços de Arrecadação – “OSAs”, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágios. Desta forma, a administração da Companhia caracteriza como remoto o risco de crédito oriundo destes valores a receber.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa, títulos e aplicações financeiras vinculadas e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3, nº 4 e nº 5, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Saldo contábil	Fluxo contratual	2025	2026	2027 em diante
1ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 8,5% a.a.	2.038.076	6.405.034	-	-	6.405.034
2ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 7,75% a.a.	1.334.602	2.073.640	-	162.072	1.911.568
3ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 8,5% a.a.	1.698.454	4.219.921	-	-	4.219.921
Fornecedores		130.582	130.582	130.582	-	-
Passivo de arrendamento		17.799	17.799	8.288	9.511	-
Credor pela concessão		2.359	2.359	2.359	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas		11.533	11.533	11.533	-	-
Outras contas a pagar		1.854	1.854	1.854	-	-
Total		<u>5.235.259</u>	<u>12.862.722</u>	<u>154.616</u>	<u>171.583</u>	<u>12.536.523</u>

Notas Explicativas ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Saldo contábil	Fluxo contratual	2024	2025	2026 em diante
1ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 8,5% a.a.	1.798.395	3.340.992	-	-	3.340.992
2ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 7,75% a.a.	1.281.916	2.165.042	-	678	2.164.364
Fornecedores		53.037	53.037	53.037	-	-
Passivo de arrendamento		1.064	5.597	1.064	4.533	-
Credor pela concessão		1.892	1.892	1.892	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas		15.367	15.367	15.367	-	-
Outras contas a pagar		191	191	191	-	-
Total		3.151.862	5.582.118	71.551	5.211	5.505.356

(*) Projeção do IPCA baseada no centro da meta divulgado pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

d) **Análise de sensibilidade**

Na elaboração dessa análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I).

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros risco redução	Cenário provável 31.12.2025
DI Ativo (% ao ano)	15%
IPCA Passivo (% ao ano)	4,32%
Referência para ativos e passivos financeiros risco redução	Cenário provável 31.12.2024
DI Ativo (% ao ano)	15%
IPCA Passivo (% ao ano)	5,00%

(*) Os indicadores utilizados para 2024 foram obtidos das projeções do BACEN no boletim Focus de 31/12/2025.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2025, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

	Exposição em 31/12/2025	Risco	Cenário provável	
			%	Valor
Ativos e passivos financeiros				
Caixas e equivalentes de caixa	527.968	CDI	15%	79.194
Aplicações financeiras vinculadas	69.964	CDI	15%	10.495
Debêntures (*)	(5.082.641)	IPCA	4,32%	(219.570)
Total	(4.484.709)			(129.881)

(*) Neste quadro, o valor da 1ª emissão de debêntures é apresentado sem o saldo redutor de prêmio de opção sobre debêntures e a 2ª emissão inclui os custos de transação a amortizar.

Notas Explicativas ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

<i>Instrumentos</i>	<i>Exposição em 31/12/2024</i>	<i>Risco</i>	<i>Cenário provável</i>	
			<i>%</i>	<i>Valor</i>
<i>Ativos e passivos financeiros</i>				
Caixas e equivalentes de caixa	411.731	CDI	15%	61.760
Aplicações financeiras vinculadas	40.304	CDI	15%	6.045
Debêntures (*)	(3.091.820)	IPCA	4,83%	(154.591)
Total	<u>(2.639.785)</u>			<u>(86.786)</u>

25. SEGUROS E GARANTIAS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratarem e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais.

Em 31 de dezembro de 2025, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura - R\$</u>	<u>Vigência</u>
Responsabilidade civil	40.000	Até julho de 2026
Responsabilidade civil obras	40.000	Até maio de 2026
Riscos nomeados e operacionais	210.00	Até julho de 2026
Veículos – frota	13.333	Até julho de 2026
D&O	53.000	Até agosto de 2026
Risco de engenharia	1.171.281	Até julho de 2026
Seguro garantia	537.142	Até junho de 2027
Fiança Locatícia	397	Até dezembro de 2029
Seguro Garantia Judicial	161.036	Até julho de 2030
Seguro Patrimonial - Sede	13.000	Até junho de 2027
Seguro Patrimonial – Galpões	21.500	Até dezembro de 2025

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Companhia, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

27. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Efeito não caixa intangível		
Custo com aquisição intangível	942.203	290.776
Direito de uso - IFRS 16 / CPC 06 (R2) (vide NE 10)	(17.326)	(6.012)
Saldo de fornecedor no fim do exercício	<u>(40.612)</u>	<u>(26.168)</u>
	<u>884.265</u>	<u>258.596</u>

Notas Explicativas ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

* * *

Pablo Gustavo Pascutinni
Presidente

François Xavier Marie Gabriel Arhanchiague
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Letícia de Carvalho Barbosa
Contadora CRC SP -320110/O-1

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.
Sertãozinho – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento dos custos capitalizados no ativo de concessões

Veja a Nota 2.5 (v) e 10 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria Como auditoria endereçou esse assunto

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu adições de "infraestrutura em construção" no montante de R\$ 868.503 mil, referente a infraestrutura em construções e adições de "intangível em rodovias – obras e serviços" no montante de R\$ 115.110 mil que estão sendo realizadas nas rodovias sob concessão.

Conforme ICPC 01 (R1)/OCPC 05 - Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas, conforme estabelecido no contrato de concessão, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido a relevância dos valores envolvidos bem como à natureza da política contábil relativa ao assunto que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- (i) Testes documentais, em base amostral, nas adições de infraestrutura em construção, que compreende a:
 - (ii) Inspeção de contratos de prestação de serviços e/ou notas fiscais que suportam os valores reconhecidos como ativo; e
 - (iii) Inspeção das medições de andamento de obras.-Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção,
- considerando os critérios e requerimentos estabelecidos nos contratos de concessão; e-Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevante. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores capitalizados de gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a

responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve se comunicar em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 31 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP293539/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

A Diretoria da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia") declara, nos termos da Instrução CVM nº 80, que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações contábeis relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

A Diretoria da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. declara, nos termos da Instrução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou:

- i. com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da KPMG Auditores Independentes Ltda.; e
- ii. com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Sertãozinho, 31 de março de 2026

Pablo Gustavo Pascuttini
Presidente

François Xavier Marie Gabriel Arhanchiague
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Letícia de Carvalho Barbosa
Contadora CRC SP -320110/O-1